UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA À GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO: A ESPACIALIZAÇÃO DOS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA EMPRESARIAL EDUCACIONAIS

Vinícius Augusto Marques dos Santos [1]
Natália Micheli Villa [2]
Sergio Aparecido Nabarro [3]

[1] Universidade Estadual de Londrina; Londrina, Paraná – E-mail: vi.augusto2022@uel.br
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8999-435X
[2] Universidade Estadual de Londrina; Londrina, Paraná – E-mail: natalia.micheli@uel.br
ORCID: https://orcid.org/0009-0008-8397-2409
[3] Universidade Estadual de Londrina; Londrina, Paraná – E-mail: sergionabarro@uel.br
ORCID: https://orcid.org/0000-0003-2179-0710

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte de pesquisa de doutorado em andamento, e busca apresentar um esboço de proposta teórico-metodológica de abordagem à Geografia da Educação (GdE). Estabelecendo-se como subcampo da Geografia na interface com a Educação, e caudatária das demais ciências sociais da educação, a GdE tem apreendido as questões educacionais através do espaço, dado o fato que não existem relações sociais a-espaciais. Ou seja, a análise da condição espacial das questões educacionais é central na perspectiva da GdE.

O conceito de Aparelhos Privados de Hegemonia (APH) é extraído de Gramsci (2017), sendo o "Empresarial" aglutinado ao conceito pela historiadora Virgínia Fontes, buscando capturar o processo de empresariamento da educação – na saúde, na comunicação – através dos institutos e fundações, com ou sem fins lucrativos, vinculadas às organizações empresariais, atuando organicamente no Estado na proposição das políticas educacionais de cunho capital-imperialista. A capilaridade de atuação desses APHEs na busca pelo consenso, ou coerção quando necessário, conforma a perspectiva gramsciana de Estado Ampliado (Gramsci, 2001).

Partindo desse referencial, o objetivo do trabalho é apresentar os pressupostos teóricos que dão sustentação metodológica para o desvelamento dos APHEs atuantes no setor educacional no Estado do Paraná. Nesse sentido, busca-se a compreensão dos conceitos supramencionados, apreendê-los na trama espacial de atuação dessas organizações.

GEOGRAFIA DA EDUCAÇÃO (GDE) E OS APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA EMPRESARIAL (APHES)

A Geografia da Educação (GdE) situa-se na interface das pesquisas em Geografia e Educação, com o objetivo central de realizar a análise espacial dos mais variados fenômenos educacionais. Não é novidade na ciência geográfica a espacialização de aspectos do processo educativo, mas este ficou por muito tempo circunscrito à análise espacial *na* escola. Recentemente, trabalhos têm se debruçado sobre uma geografia *da* escola, espacializando múltiplos determinantes de sua organização e implicação espacial.

Não se restringindo a espacialidade da escola e seu entorno, aspectos relacionados as desigualdades socioespaciais urbanas e de acesso a equipamentos educacionais, campo de pesquisa a muito tempo explorado pela sociologia da educação (Oliveira, 2025a; 2025b), a GdE também se debruça sobre as espacialidades das políticas educacionais e suas determinações vinculadas ao modo de produção hegemônico. Partindo da indispensável compreensão da formação socioespacial brasileira e suas múltiplas especificidades socioterritoriais, a GdE articula espaço e educação, conformando o subcampo da Geografia da Educação.

Esta articulação é datada de 1970-1980, na chamada virada espacial das ciências sociais, momento em que o fator geográfico ganhou destaque (Girotto, 2023). No mesmo período, caminhando para o final do século, surgem as primeiras produções evidenciando a espacialidade das questões educacionais, principalmente na oferta-demanda de equipamentos educacionais, assim como na chamada Geografias da Infância (Taylor, 2009). No Brasil, a juvenilidade do subcampo é ainda mais expressiva, pois não tem mais do que uma década de desenvolvimento no Brasil (Gomes, 2023; 2025). Nesse sentido, apesar da longa tradição epistemológica do Ensino de Geografia, na GdE "partilhamos da (irrestrita) posição que reconhece a GdE como parte integrante da Geografia e, igualmente, como um campo tributário de sua relação com a Educação" (Gomes, 2023, p. 112-113).

> O termo Geografia da Educação tem sido utilizado, recentemente, para definir um conjunto de pesquisas que têm como característica principal a busca pela análise espacial de diferentes aspectos do processo educativo, englobando desde questões relacionadas à organização espacial da escola até temas que dizem respeito a espacialidade das políticas educacionais e seus possíveis efeitos sobre a ampliação / diminuição das desigualdades. [...] a Geografia da Educação é um campo do conhecimento que se constrói no diálogo entre as pesquisas em educação e geografia que busca problematizar a condição espacial da educação (Girotto, 2024, p. 4-5).

Nesse sentido, a categoria que caracteriza a diferenciação e distanciamento das abordagens do Ensino de Geografia é a escala. A GdE fundamenta-se em uma apreensão mais estrutural dos aspectos relacionados ao educacional (Girotto, Serra e Gomes, 2025), enquanto as pesquisas em Ensino de Geografia têm se caracterizado, principalmente nos últimos anos, por um hiperfoco nas metodologias e práticas de ensino da geografia escolar (Girotto, 2023). Este aspecto é muito bem elaborado por Taylor (2009, p. 43), autor responsável por um dos primeiros trabalhos em GdE que "utiliza o conceito geograficamente relacionado de escala para fornecer um arcabouço a partir do qual seja possível explorar sistematicamente a relação entre geografia e educação". Segundo Gomes e Serra (2019, p. 10), os quatro níveis escalares à pesquisa em GdE legados por Taylor (2009) são:

> **(a)** *uma geografia dos locais de aprendizagem*, que diz respeito a temas como a "geografia da sala de aula", a "geografia da escola", a "geografia das crianças e os seus espaços" e a "geografia da acessibilidade e inclusão na escola"; **(b)** *comunidade de alunos / bairro*, o que inclui desde pesquisas que podem tratar do papel educativo do bairro, por

> exemplo, a outras que retomam a tradição sociológica da relação escola-entorno; **(c)** *região local*, na qual os trabalhos que operam sob essa lógica atentam-se, especialmente, ao papel dos governos locais na oferta educacional e suas diferenciações segundo o espaço; **(d)** *internacional*, nível escalar em que a abordagem geográfica comparada, tal como aquela desenvolvida por Colin Brock, atenderia pelas suas principais preocupações.

Nessa perspectiva multiescalar, Girotto (2023) propõe cinco elementos que devem caracterizar uma pesquisa no campo da GdE. O **i)** vocabulário espacial; a **ii)** análise de contexto; **iii)** preocupação com as relações espaciais; **iv)** uso de conceitos geográficos e; **v)** a busca pela associação entre tempo e espaço. Argumenta ainda o autor que esta sistematização busca não só afirmar o subcampo à ciência geográfica, mas como possibilidade metodológica de apreensão das questões educacionais pelas demais ciências sociais da educação.

Gomes (2023; 2025) foi o primeiro geógrafo brasileiro a historiografar a construção do subcampo no âmbito internacional e nacional. Desafio que possibilitou ao autor afirmar que, no Brasil, os trabalhos até então desenvolvidos em GdE têm predileção por dois temas gerais: "**espacialidade das políticas educacionais**; e de outro, as pesquisas que abordam maneiras distintas de se examinar o **espaço escolar** ou a **"geografia da escola"**" (Gomes, 2023, p. 80-81- Grifos nosso).

Sendo assim, este trabalho derivado de pesquisa mais ampla, está ancorado na perspectiva da espacialidade das políticas educacionais. Martins e Bezerra (2025, p. 389) afirmam que há "prevalência da teoria crítica e do entendimento do espaço enquanto processo, produto e produtor de práticas espaciais e condição para multiplicidade". Dessa perspectiva de método, embora o exame destas políticas seja sua reprodução regional, é impossível apropria-se consciente e criticamente sem compreendê-las na sua reprodução em âmbito nacional. Assim, expressando o que Azanha (2011) denominou de abstracionismo pedagógico, mas que também pode-se reconhecer como um abstracionismo espacial, pois desconsideram as relações socioespaciais e suas especificidades regionais, destacam-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), Base Nacional Comum – Formação Continuada (BNC-Formação) e o "Novo" Ensino Médio (NEM).

Produto das políticas supramencionadas, o abstracionismo pedagógico e espacial refere-se aos currículos padronizados, as avaliações externas de larga escala e a responsabilização docente. Políticas sugestionadas pelos organismos internacionais – BM, OCDE, FMI e BIRD – em consonância com as determinações do capital-imperialismo, e "impostas" internamente através da atuação política e ideológica das organizações da sociedade civil – os APHEs – na produção do consenso – quando não através da coerção – para construção da hegemonia empresarial burguesa.

O conceito de capital-imperialismo de Fontes (2010) captura essa trama empresarial hodierna na disputa dos fundos públicos da educação – e não só – na consolidação desta à reprodução do capital. Em síntese, Fontes (2010) argumenta que o salto escalar na concentração e o impulso expropriador do capital internacional no pós segunda guerra mundial vai conformar o novo estágio do imperialismo, o capital-imperialismo. E, entre outros aspectos que fundamentam o conceito, a autora vai destacar que a nova forma de organização social na disputa pela hegemonia estatal é através dos APHEs.

Nesse sentido, o conceito de Estado Integral, ou Ampliado, de Gramsci (2001), é fundamental para análise desse movimento contemporâneo. A concepção de Estado do autor exige verificar as múltiplas conexões entre sociedade civil e sociedade política a fim de compreender que "a dominação de classe associa múltiplas formas de convencimento (consenso) originadas no âmbito da sociedade civil e incorporada às formas de imposição legal (ou coercitiva) emanadas do Estado" (Fontes, 2025, p. 99). Para Gramsci (2017, p. 244), o "Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia encouraçada de coerção". O Estado Ampliado é unidade-distinção entre sociedade civil e Estado – sociedade política – *stricto sensu* (Buci-Glucksmann, 1980).

> [...] podem-se fixar dois grandes "planos" superestruturais: o que pode ser chamado de "sociedade civil" (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como "privados") e o da "sociedade política ou Estado" planos que correspondem, respectivamente, à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de "domínio direto" ou de comando, que se expressa no Estado e no governo "jurídico" (Gramsci, 2001, p. 20-21).

Dessa indissociabilidade entre sociedade política – Estado – e sociedade civil – APHs – é possível apreender a atuação empresarial a partir de seus APHEs especializados. O estado burguês, através de seus APHEs, tem atuado ideologicamente no convencimento de que estas organizações estão aptas para suplantar os problemas sociais que assolam o país. Portanto, a argumentação de Albuquerque et al. (2021, p. 75) exprime exatamente a lacuna de pesquisa que se insere este trabalho enquanto fruto de pesquisa mais ampla: "é preciso entender o papel destas instituições e organizações no projeto de espacialização da BNCC pelo território nacional".

> Trata-se de uma lógica construída a partir de uma nova concertação política, na qual se destacam, como principais agentes, o empresariado transnacional e as diferentes organizações criadas, por eles mesmos [APHEs], para difundir um discurso com vistas a elencar os princípios da nova gestão pública como modelo a ser seguido na educação em suas diferentes escalas de realização (Girotto, 2018, p. 161).

É esta nova configuração de organização da luta no bojo da sociedade civil que institutos e fundações ligadas a frações do empresariado brasileiro – e transnacional – tencionam o tecido social e a política para conformação do consenso destas contrarreformas. Albuquerque et al. (2021), destacaram o papel fundamental cumprido por alguns APHEs institucionais, como a CONSED (Secretaria Nacional de Educação), Secretarias e Conselhos Estaduais de Educação, com aporte do MEC e a UNDIME (União Nacional de Dirigentes da Educação). Girotto (2018) expõe grupos importantes como Instituto Airton Senna, Fundação Lehman, Instituto Alfa e Beto, Todos pela Educação e Instituto Itaú Unibanco. Farias (2021; 2022) em profunda imersão em contratos e documentos oficiais das instituições afirmou que a Fundação Lehman tem papel de intelectual coletivo dessas organizações na disputa pela educação, conformando o Conglomerado de Aparelhos Privados de Hegemonia Empresarial Lehman e Sócios. Galzerano (2025) vai destacar o papel fundamental do APHE 'Todos pela Educação' (TDE) na coerção e consenso na elaboração e na espacialização da BNCC pelo território nacional. E Cariello (2021; 2025) investigou o papel da Fundação Lehman na formação de quadros políticos, intelectuais orgânicos no sentido gramsciano, através dos seus programas de formação escolar e universitária, com o objetivo de inserir estes sujeitos na sociedade política ou nas funções de coordenação de alguns de seus APHEs especializados.

Portanto, o presente trabalho, fragmento de pesquisa mais ampla, buscou demonstrar que a Geografia da Educação fornece um arcabouço teórico e metodológico na interface Geografia-Educação fundamental para análise e espacialização dos APHEs educacionais atuantes no Estado do Paraná. Entende-se que o processo de empresariamento da educação pública é, em si, um fenômeno educacional contemporâneo contraditório, coercitivo e em disputa. Para isso, fundamentar-se-á em análises documentais, bibliográficos e sítios eletrônicos, a fim de evidenciar a Geografia dos APHEs no Paraná, como condição a construção da resistência popular e seus APHEs contra hegemônicos por uma educação pública, gratuita, de qualidade e referenciada.

PALAVRAS-CHAVE

Geografia da Educação; Educação; APHEs; Empresariamento da educação; Estado ampliado.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Processo-88887.956097/2024-00.

REFERÊNCIAS

Albuquerque, M. A. M., et al. (2021). *Manifesto: crítica às reformas neoliberais na educação: prólogo do ensino de geografia [GT Geografia e Educação – ANPEGE]*. Lutas Anticapital.

Azanha, J. M. P. (2011). *Uma ideia de pesquisa educacional*. Edusp.

Buci-Glucksmann, C. (1980). *Gramsci e o Estado: por uma teoria materialista da filosofia*. Paz e Terra.

Cariello, L. N. (2021). *Construindo redes de intelectuais orgânicos: o programa de bolsas de estudo Lemann Fellowship da Fundação Lemann (2007–2018)* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal Fluminense).

Cariello, L. N. (2025). *Formação de intelectuais orgânicos pelo conglomerado Lemann: estado e reprodução ampliada da "cultura garantir" (1991–2024)* (Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense).

Farias, A. M. (2021). Conglomerado de aparelhos privados de hegemonia empresariais Lemann e sócios. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate, 13*(2), 735–765. https://doi.org/10.9771/gmed.v13i2.44302

Farias, A. M. (2022). Estado ampliado e o empresariamento da educação pública. *Revista Trabalho Necessário, 20*(42), 1–24. https://doi.org/10.22409/tn.v20i42.53532

Fontes, V. (2010). *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história* (2ª ed.). EPSJV/Editora UFRJ.

Fontes, V. (2025). *Capital-imperialismo, dominação e luta de classes*. Expressão Popular.

Galzerano, L. S. (2025). *Nas tramas da política educacional: coerção e consenso na elaboração da BNCC*. Lutas Anticapital.

Girotto, E. D. (2018). Entre o cinismo e a hipocrisia: o novo ciclo de reformas educacionais no Brasil. *Educar em Revista, 34*(71), 159–174. https://doi.org/10.1590/0104-4060.54043

Girotto, E. D. (2023). *A condição espacial da formação docente em geografia: intersecções entre geografia da educação e saberes docentes* (Tese de livre-docência, Universidade de São Paulo).

Girotto, E. D. (2024). Educação à distância e formação docente em geografia: um olhar a partir da geografia da educação. *Revista da ANPEGE, 20*(41), 1–36. https://doi.org/10.5418/ra2024.v20i41.17861

Girotto, E. D., SERRA, E., & GOMES, M. V. (Orgs.). (2025). *Geografias da educação no Brasil: histórias, dinâmicas contemporâneas e perspectivas de futuro*. Consequência.

Gomes, M. V. (2023). *Geografias da educação: percursos, métodos e possibilidades* (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Gomes, M. V. (2025). A longa duração da Geografia da Educação (GdE). In E. D. Girotto, E. Serra, & M. V. Gomes (Orgs.), *Geografias da educação no Brasil: histórias, dinâmicas contemporâneas e perspectivas de futuro* (pp. 61–91). Consequência.

Gomes, M. V., & SERRA, E. (2019). Por que falar sobre Geografia da Educação? *Revista Giramundo, 6*(12), 7–21.

Gramsci, A. (2001). *Cadernos do cárcere* (Vol. 2). Civilização Brasileira.

Gramsci, A. (2017). *Cadernos do cárcere* (Vol. 3). Civilização Brasileira.

Martins, J. V. G., & Bezerra, A. C. A. (2025). Partilhando diálogos e caminhos de pesquisa na interface da Geografia e educação: um olhar para as políticas educacionais e a dinâmica espacial das escolas. In E. D. Girotto, E. Serra, & M. V. Gomes (Orgs.), *Geografias da educação no Brasil: histórias, dinâmicas contemporâneas e perspectivas de futuro* (pp. 387–409). Consequência.

Oliveira, J. V. P. de. (2025a). *Gentrificação, segmentação e segregação: efeitos do programa ensino integral sobre a oferta escolar na cidade de São Paulo* (Tese de doutorado, Universidade de São Paulo).

Oliveira, J. V. P. de. (2025b). O espacial no fenômeno educacional: uma retrospectiva das relações educação-espaço. In E. D. Girotto, E. Serra, & M. V. Gomes (Orgs.), *Geografias da educação no Brasil: histórias, dinâmicas contemporâneas e perspectivas de futuro* (pp. 319–337). Consequência.

Taylor, C. (2009). Towards a geography of education. *Oxford Review of Education, 35*(5), 651–669.